

**Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL
2614/24)**

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº __, DE 2025

(Do Sr. Diego Garcia)

Requer a realização de audiência pública para debater políticas e estratégias no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034, com foco nos indicadores, qualidade e garantia da alfabetização plena.

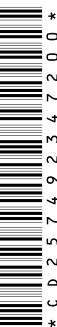
Senhora Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada audiência pública na Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL 2614/24) debater políticas e estratégias no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034, com foco nos indicadores, qualidade e garantia da alfabetização plena.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados:

1. Carlos Nadalim - Educador e ex-Secretário de Alfabetização do MEC
2. João Batista Oliveira – fundador do Instituto Alfa e Beto e especialista em alfabetização, com foco em metodologias baseadas em evidências científicas.
3. Ilona Becskeházy - Especialista em políticas educacionais, ex-secretária de Educação Básica do MEC, com experiência em gestão pública e defesa de reformas estruturais na educação.
4. Luciana Brites - Fundadora do Instituto NeuroSaber, Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Humano e Mestra em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Mackenzie, Especialista em Educação Especial e alfabetização.

JUSTIFICATIVA



A alfabetização plena, de qualidade e no tempo certo, é amplamente reconhecida como um dos pilares do desenvolvimento humano e social. Estudos internacionais e nacionais demonstram que crianças que não são alfabetizadas adequadamente nos primeiros anos escolares enfrentam dificuldades persistentes ao longo de sua trajetória educacional, o que compromete o aprendizado em outras áreas do conhecimento, aumenta os índices de evasão escolar e perpetua ciclos de pobreza e desigualdade. Dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) revelam que mais de 50% das crianças brasileiras de 10 anos não conseguem ler e compreender um texto simples¹. Esse dado é alarmante e reforça a necessidade de ações urgentes para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares.

A alfabetização na idade certa é defendida por diversas entidades internacionais como um direito fundamental e uma prioridade estratégica. O relatório Learning to Read and Write: Developmentally Appropriate Practices, elaborado pela National Association for the Education of Young Children (NAEYC) e pela International Reading Association (IRA), enfatiza que os primeiros anos de vida, até os 8 anos, são críticos para o desenvolvimento da alfabetização². O documento defende práticas pedagógicas apropriadas ao desenvolvimento infantil, como o uso de métodos baseados em evidências científicas para ensinar leitura e escrita.

Esses estudos reforçam a necessidade de políticas públicas que priorizem a alfabetização precoce, com base em práticas pedagógicas eficazes e intervenções direcionadas. Experiências internacionais mostram que é possível reverter cenários de baixo desempenho educacional por meio de políticas públicas eficazes. Países como Finlândia, Estônia, Canadá e Singapura alcançaram altos índices de alfabetização ao investir em formação e valorização de professores, implementar currículos claros e flexíveis, promover intervenções precoces e envolver as famílias no processo educacional.

Na Finlândia, por exemplo, os professores recebem formação de excelência e têm autonomia pedagógica, enquanto na Estônia a tecnologia é amplamente utilizada para complementar o ensino tradicional. Esses países também realizam diagnósticos regulares para identificar dificuldades de aprendizagem e implementar programas de reforço escolar, garantindo que nenhuma criança fique para trás.

Além disso, o projeto de lei também menciona a necessidade de implementar programas de orientação e apoio às famílias, articulando as áreas de educação, saúde

¹ Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>

² Veja o estudo completo aqui: <https://www.naeyc.org/sites/default/files/globally-shared/downloads/PDFs/resources/position-statements/PSREAD98.PDF>



e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças. Essa abordagem reconhece o papel fundamental da família no desenvolvimento infantil e a necessidade de políticas públicas que a fortaleçam.

A realização desta audiência pública é essencial para discutir estratégias efetivas que garantam os direitos das crianças pequenas e estabeleçam bases sólidas para seu desenvolvimento pleno, conforme preconizado no PNE 2024-2034.

Nesse sentido, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação desse requerimento.

SALA DAS COMISSÕES, ____ de _____ de 2025.

Deputado Federal Diego Garcia
REPUBLICANOS/PR

